

Apresentação de Mark Malloch Brown, Administrador do PNUD

A América Latina apresenta atualmente um paradoxo extraordinário. De um lado, a região pode exibir com grande orgulho mais de duas décadas de governos democráticos. De outro, a região enfrenta uma crescente crise social. Desigualdades profundas são mantidas, existem sérios níveis de pobreza, o crescimento econômico tem sido insuficiente e tem aumentado a insatisfação cidadã com essas democracias – exposta em muitos lugares por expressivo descontentamento popular, o que vem gerando em alguns casos consequências desestabilizadoras.

Este Informe representa um importante esforço de compreensão e superação desse paradoxo. Por meio da combinação de indicadores quantitativos, entrevistas, pesquisas e um diálogo com grande número de proeminentes líderes e formadores de opinião em toda a região, o Informe oferece uma análise compreensiva do estado da democracia na América Latina. E, além disso, busca ir além do simples diagnóstico dos problemas existentes, e propõe novos enfoques para a abordagem dos desafios que, atualmente, colocam em risco muitos dos avanços obtidos nos últimos 25 anos.

O Informe é o resultado do trabalho de um grupo de especialistas independentes e, por isso, não é um documento oficial sobre as políticas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ou da Organização das Nações Unidas. Consideramos que o Informe constitui uma valiosa contribuição para o delineamento de uma agenda ampliada para os países da América Latina, o PNUD e os parceiros no desenvolvimento para os meses e os anos vindouros. Por essa razão, o PNUD se acha bastante satisfeito por haver apoiado esta iniciativa.

O cerne do problema é que, apesar de a democracia se haver disseminado amplamente na América Latina, suas raízes não são profundas. Assim, o Informe adverte que a proporção de latino-americanas e latino-americanos que estariam dispostos a sacrificar um governo democrático em prol de uma situação socioeconômica melhor alcança um nível superior a 50 por cento.

Existem várias razões para essa tendência.

A mais importante é que a democracia é, pela primeira vez na história da América Latina, a forma de governo no poder. Assim, os governantes são considerados culpados quando as coisas andam mal em matéria de emprego, vencimentos e muitos serviços básicos que não conseguem satisfazer as crescentes expectativas da cidadania.



O panorama se torna ainda mais complexo se for levado em conta que vários fatores indispensáveis à governabilidade democrática, tais como uma imprensa livre, uma sólida proteção aos direitos humanos, um poder judiciário independente e vigoroso, requerem fortalecimento. Mais ainda se se - considerar que os grupos tradicionalmente excluídos não têm acesso ao poder por intermédio dos canais formais e, por isso, buscam cada vez mais expressar suas frustrações por outros meios.

Sem dúvida, existem no contexto dessa situação sinais bastante alentadores. Primeiro, apesar das crises, os países da região têm mantido suas instituições democráticas, deixando de lado governos autoritários. Segundo, as cidadãs e os cidadãos começam a fazer distinção entre a democracia como sistema de governo e o desempenho dos governantes em particular. Muitos desses cidadãos são simplesmente “democratas insatisfeitos” – um fenômeno bem conhecido em muitas democracias estabelecidas ?, o que explica parcialmente por que os movimentos de oposição não se inclinam hoje para soluções militares, mas para líderes populistas que se apresentam como alheios ao poder tradicional e que prometem perspectivas inovadoras.

Mesmo assim, as pessoas, cada vez mais, estabelecem diferenças entre instituições distintas na hora de identificar responsáveis. Enquanto os corpos legislativos e os partidos políticos recebem apoio de menos de um quarto da população, o poder judiciário, o executivo e os serviços de seguridade exibem uma imagem um pouco melhor.

Para que a democracia não defina e cresça, a América Latina necessita trabalhar sem descanso para que as instituições democráticas – dos legislativos às autoridades locais – sejam transparentes, prestem contas de suas ações e desenvolvam as habilidades e capacidades necessárias para o desempenho de suas funções fundamentais. Isso significa que é necessário assegurar que o poder em todos os níveis de governo se estruture e se distribua de tal forma que dê voz e participação real aos excluídos e forneça os mecanismos pelos quais os poderosos – sejam líderes políticos, empresários ou outros atores – sejam obrigados a prestar contas de suas ações.

Nesta tarefa não há atalhos; a consolidação da democracia é um processo, não um ato isolado.

Mas fazer que as instituições tenham desempenho efetivo é apenas uma parte do desafio. A outra é demonstrar a cidadãs e cidadãos que os governos democráticos trabalham nas questões que realmente preocupam as pessoas, que são capazes de dar respostas a essas questões e que estão sujeitos ao controle cidadão efetivo quando não fazem o que devem.

Na prática, o desafio implica também a construção de instituições legislativas e judiciárias que protejam os direitos humanos e gerem espaço para um debate político vigoroso mas



pacífico; uma força policial que garanta ruas e fronteiras seguras; um poder descentralizado para que as pessoas, em cada localidade, possam mobilizar-se para assegurar escolas com professores bem capacitados e hospitais com equipamentos e medicamentos adequados; uma florescente sociedade civil e uma imprensa livre que participem plenamente no aprofundamento da democracia e estejam na vanguarda da luta contra a corrupção e a má administração dos governos e também das empresas.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas – que vão de reduzir pela metade a pobreza extrema e a fome a colocar todas as crianças na escola até o ano 2015 – oferecem um meio para ajudar no atendimento a essas questões nos níveis nacional e regional. Num sentido bastante real, os ODM constituem o primeiro manifesto global para mulheres, homens e crianças de todo o mundo: um conjunto de questões concretas, sinteticamente enunciadas e medíveis que qualquer pessoa pode compreender e respeitar.

É importante destacar que, como parte de um pacto global entre países ricos e pobres e o compromisso assumido pelo mundo desenvolvido de apoiar as nações em desenvolvimento que realizam reformas de boa vontade, os ODM oferecem uma oportunidade real de canalizar o apoio externo em termos de acesso a mercados, redução da dívida e maior assistência, o que tantos países latino-americanos necessitam desesperadamente para dar impulso aos seus próprios esforços.

Se a América Latina e o mundo – aproveitam essa oportunidade, existe então uma possibilidade animadora de construir um novo círculo virtuoso por meio do qual um crescimento renovado impulse os ODM e, simultaneamente, ajude a construir e sustentar democracias mais efetivas e capazes de acelerar um progresso social e econômico equitativo. Mas, para tornar realidade essa visão, as latino-americanas e os latino-americanos e, especialmente, os líderes em todos os âmbitos terão de encarar decididamente as questões críticas que afetam a governabilidade democrática, e deverão assegurar que desenvolvimento e democracia continuem sendo entendidos, não como alternativas excludentes, mas como dois lados da mesma moeda.